

THE ORIGIN, DEVELOPMENT AND REFINEMENT OF MEDIEVAL RELIGIOUS MENDICANCIES

Donald S. Prudlo

PRUDLO, Donald S. (Ed.) *The Origin, Development and Refinement of Medieval Religious Mendicancies.* (Brill's companions to the Christian tradition, vol. 24). Leiden/Boston: Brill, 2011. 382 p. ISBN: 978-90-04-18180-9.

Nesta recente publicação, Donald Prudlo reúne, pela Editora Brill, artigos sobre a controvertida e interessante mendicância religiosa durante o medieval. Corresponde ela ao volume 24 da coleção *Companions to the Christian Tradition* (iniciada pelo excelente *Theological Quodlibeta in the Middle Ages* e enriquecida por livros relevantes como, por exemplo, *A history of prayer*). Ao estudo da mendicância na Idade Média tem sido dedicado certo número de obras dispersas; contudo, escassas são as tentativas de uma abordagem abrangente. A presente obra, por sua vez, certamente auxilia a suprir esta lacuna, apresentando uma boa metodologia que procura evitar juízos de valor típicos de certos medievalistas (sobretudo quando tratavam de economia ou política) no contexto da historiografia medieval do séc. XX.

O livro é dividido em três seções, cada uma contendo três ou quatro capítulos: 1. As origens e a fundação da mendicância; 2. Desenvolvimento e articula-

ção dos ideais mendicantes; 3. Recepção e apropriação da mendicância na Idade Média.

Na primeira seção destaca-se o artigo de Fr. Augustine Thompson, OP: *The Origins of Religious Mendicancy in Medieval Europe*, o qual aborda os primórdios da mendicância na Idade Média. Um dos pontos mais importantes evidenciados pelo autor é a existência de indícios do espírito mendicante antes mesmo do próprio São Francisco de Assis. No entanto, rejeita-se o nascimento deste espírito no seio da heresia valdense, pois, segundo o autor, a “protomendicância” teria se iniciado com eremitas pregadores de uma vida austera, por volta do ano 1100, muito antes de Valdo, embora não existam provas de que aqueles pediam esmolas propriamente. São Norberto de Xanten é um exemplo de corajoso pregador daquele tempo. Além disso, o autor, apoiando-se em David Burr, sugere que o foco da pobreza absoluta entre os seguidores de São Francisco seria devido, em grande parte, a uma interpretação fei-

ta a partir de controvérsias posteriores, pois o *Poverello* de Assis nunca se preocupou com “questões técnicas da pobreza como *dominium* ou *proprietas*” (p. 16). Pedir esmolas só em casos de necessidade (cf. p. 17). Mais adiante, Fr. Thompson comenta algumas questões canônicas e a utilização do termo *ordo* para se referir às novas ordens religiosas, além de sua atuação e relação com o clero secular. O autor assegura que a proteção papal salvou os franciscanos de serem acusados de giróvagos ou um “pseudoclero”, à maneira dos valdenses (cf. p. 22). Por fim, o texto trata da dificuldade de aplicação do termo “mendicância”, tanto na linguagem dos papas quanto na das próprias ordens religiosas. Na maioria das vezes o seu emprego não se referia ao pedido de esmolas de porta em porta — o que não era visto como uma atividade religiosa propriamente dita. As ordens, no entanto, passaram a ser nomeadas “mendicantes” na legislação eclesiástica, apenas a partir de 1279, por suas atividades apostólicas (cf. p. 29). Artigo importante, pois desvenda as ulteriores determinações da mendicância.

Não menos interessante é o capítulo II, de Anthony John Lappin, voltado mais especificamente para os dominicanos e sua relação com a pobreza. Nele se esclarece que o foco principal da Ordem dos Pregadores, em sua origem, era — fazendo jus ao nome — a pregação, vivendo também a pobreza evangélica, e não o contrário, e demonstra que este método de expansão possuía vanta-

gens significativas, quando comparado com o dos premonstratenses (cf. p. 50). A preocupação central para São Domingos era a atuação à maneira dos Apóstolos, quando dava, por exemplo, certos encargos aos diáconos, a fim de que os presbíteros pudessem se concentrar no anúncio da palavra de Deus. De fato, o autor assinala que a pregação mendicante era um meio que visava a um fim, isto é, a imitação de Cristo e dos Apóstolos. Com efeito, o sinal mais claro deste seguimento era a humildade, assistida pela pobreza. No entanto, esta tinha seus limites, pois à pregação compete o envolvimento em certas questões sociais, como viver nas cidades e a necessidade de fazer compras. Por outro lado, não se voltariam para a administração de grandes propriedades, para o embelezamento de igrejas monásticas ou para o cerimonial (como no modelo monástico tradicional).

O terceiro capítulo, de Joan Mueller, faz um salto para a mendicância feminina de Santa Clara. Primeiramente a autora nota a importância das mulheres no projeto de São Francisco. Em sua perspectiva, o plano do fundador seria uma complementaridade evangélica entre homens e mulheres, pois isso representaria uma forma mais perfeita de vida que a de mosteiros separados, com total isolamento entre celibatários. Desta forma, Mueller critica a posição das autoridades da Igreja sobre a contribuição feminina ao apostolado, por acabarem afirmando, segundo

seu critério, ser a atuação das mulheres uma medida “perigosa e insustentável” devido à “sua descendência de Eva e seu pecado” (p. 66).

A autora supõe então que existia naquela época um “crescente clima misógino” (p. 75). Porém, embora seja inegável a existência da noção franciscana de mútuo auxílio entre frades e irmãs (e havia efetivamente pessoas contrárias a este programa de vida), o fato não implica em não cuidar para manter as necessárias distinções entre eles. Isto, aliás, é transcurado no texto de Mueller, pois a própria Santa Clara enumera, em sua *Forma vitae* (cap. XII), alguns cuidados necessários para a escolha do frade visitante e suas consequentes cautelas: deve ele primar pela honestidade, discrição, devendo estar acompanhado e à vista de todos, etc. Ora, isto não denota, evidentemente, nenhum preconceito. Mais adiante, Mueller argumenta que os frades acabaram por descuidar o serviço das irmãs, sobretudo depois da decisão de São Boaventura, a qual foi posteriormente confirmada pelo Papa Urbano IV, que demarcava o papel dos frades em relação às irmãs como apenas voluntário e não obrigatório. No entanto, isto estaria em desacordo com a intenção do próprio São Francisco, segundo a autora.

No capítulo V, Holly J. Grieco trata da complexa questão da mendicância, com seus respectivos encargos, no contexto da Inquisição, e como a necessidade de pedir esmolas poderia se coadunar com as obrigações pastorais.

Enquanto para os dominicanos a heresia era um alvo específico a ser combatido pela pregação e pelo cuidado pastoral, a missão franciscana se concentrava na evangelização, não necessariamente pastoral, pois boa parte de seus primeiros seguidores eram leigos, e a inquisição nunca foi um propósito específico da ordem.

Andrew Traver explica, no capítulo VI, a batalha intelectual sobre a questão da mendicância nas universidades e as repercussões das bulas papais no maior ou menor favorecimento das ordens religiosas. Primeiramente, o autor trata como os mestres seculares — por medo de que os religiosos os suplantassem — impuseram-lhes limites às cátedras. Por este e outros motivos, os frades foram acusados de falsos profetas, *penetrantes domos*, giróvagos, pregadores sem mandato (em violação à proibição de São Paulo em Rm 10, 15), etc. Neste contexto, o conceito de mendicância foi debatido em seus pormenores. Na primeira fase destaca-se a controvérsia entre Guilherme de Saint-Amour e os santos Boaventura e Tomás de Aquino. Para aquele mestre secular, “a pobreza absoluta, a completa renúncia e as esmolas nunca tiveram um papel na vida de Cristo e dos Apóstolos” (p. 163), e a mendicância é perigosa, podendo levar inclusive ao suicídio e ao pecado de tentar a Deus (cf. *ibid.*), e chega, inclusive, a comparar os pregadores com os fariseus. O Doutor Seráfico refuta-o com diversos exemplos evangélicos e conclui que a funda-

ção das ordens mendicantes é a restauração da vida apostólica (cf. p. 164). São Tomás debate também a possibilidade de os frades ensinarem nas universidades, argumentando que muitos religiosos tinham sido professores no passado, e em que consistia, efetivamente, a perfeição. Segundo Traver, este santo representa uma “quebra radical” no conceito de pobreza, pois esta é vista por ele como um meio e não como fundamento da perfeição. Ora, tal esclarecimento acabou livrando os dominicanos de conflitos internos, como aqueles havidos dentro da ordem franciscana e sua consequente divisão entre os chamados “Espirituais” e os Conventuais. Ambos procuravam amparo doutrinal na interpretação dos escritos polêmicos sobre a vida religiosa de São Boaventura e Pecham (cf. p. 194).

Esta seção termina com o artigo de David Foote, que esclarece a relação entre as comunas e as ordens nas cidades-estado italianas, ressaltados os aspectos políticos.

A terceira seção versa sobre as ulteriores determinações da mendicância na Idade Média. No primeiro artigo, Antonio Rigon discorre sobre a economia nas ordens mendicantes, as quais estavam, paradoxalmente, muito atentas a ela. Um contributo interessante é a relação entre o governo e as ordens mendicantes, e como estas acabaram por influenciar na moderna conceituação sobre economia e a sua respectiva moralidade.

O capítulo IX trata a respeito dos efeitos dos franciscanos espirituais na controvérsia sobre o ideal mendicante. A partir de João Pedro Olivi, diversas vozes se levantaram para debater a essência da pobreza e seu voto, a propriedade e seu uso, além da mendicância em si mesma. Um ponto central seria saber se o *usus pauper* deveria constituir parte essencial do voto. Para certos líderes da ordem, não, pois isto já seria algo que iria além da própria regra, enquanto que para os franciscanos espirituais, sim. Este debate gerou divisões internas (refletidas na atual configuração dos franciscanos), disputas com a hierarquia eclesiástica e, em menor grau, com os dominicanos.

O capítulo X, de Patricia Bart aborda a influência das polêmicas antimendicantes e a literatura inglesa medieval. Segundo a autora, as novas ordens mendicantes foram responsáveis pela popularização da fé em língua vernácula, outrora restrita ao latim. Por esta razão, alguns frades podem até ser considerados como pais da língua inglesa, e inclusive grande influenciadores do italiano, como a autora faz notar de passagem.

O livro termina com o capítulo XI, de Silvia Nocentini, quem trata das ulteriores determinações sobre o conceito de mendicância, especialmente entre os dominicanos, nos séculos XIV e XV, época em que ainda se geravam intrincados debates. Este período se caracteriza também pelo desenvolvimento e sur-

gimento de novas tendências, como o misticismo, a questão da *imitatio Christi* (recorda-se o nascimento da *devotio moderna* e os escritos de Thomas a Kempis), como caridade para com os pobres. Retoma-se também a perspectiva tomista sobre a pobreza (como meio e não como fim) e a questão da necessidade de tempo para prepararem as pregações. Por esta razão, qualquer distração entre os frades deveria ser eliminada. A controvérsia sobre o poder papal e sua relação com as ordens religiosas também não fica excluída. Baseada em manuscritos florentinos, a autora se volta para os dominicanos, especialmente os de Florença. O conceito de mendicância para eles não é visto como absoluta pobreza, mas é aplicado sob o ponto de vista prático. Assim, para Raimundo Cabasse, por exemplo, viver na perpétua caridade e pedir esmolas não são partes necessárias da vida religiosa, mas são recursos que devem ser utilizados apenas em caso de necessidade. De fato, ele chega a argumentar que o próprio São Domingos, quando estabeleceu a sua ordem, quis que os frades tivessem o necessário para um pregador (casa, comida, roupas e livros). Antonino Pierozzi, OP, argumenta, por sua parte, que se os tempos mudaram, as constituições também deveriam ser mudadas ou dispensadas, quando não se pode continuar na forma anterior (cf. p. 359), pois a própria ordem poderia ser posta em risco. O Papa Sixto IV acabou por conceder em 1475 o direito de propriedade para todos

os conventos, sem a necessidade de dispensas, o que foi ratificado pelo capítulo dominicano subsequente.

O editor alerta na introdução que o objetivo do livro não é o de criar um consenso, mas o de contribuir para uma abordagem mais ampla da ideia de mendicância. De fato, nele podem-se encontrar certas incongruências entre as opiniões dos autores; entretanto, quando os artigos são lidos com olhar crítico, acabam por favorecer uma melhor interpretação dos mais variados aspectos da ideia de mendicância. Além disso, embora haja uma boa amplitude de temas, a presente obra não deixa de repetir matérias já tratadas, o que pode tornar a leitura cansativa. O artigo de Silvia Nocentini, por exemplo, retoma as discussões do séc. XIII e como a pobreza era entendida para os dominicanos e para os franciscanos, tópicos bastante debatidos anteriormente. Assim, cada contribuição é, em geral, muito útil, mas é difícil considerá-las como partes de um conjunto homogêneo.

A ortografia varia entre o inglês britânico e o americano. Na obra há diversos erros superficiais de grafia, como, por exemplo: “who though(t) of begging” (p. 8), Praemonstratensians [Premonstratensians] (p. 15; 380), cons(t)ituted (p. 35), To(u)louse (p. 41), parish(i)oners (p. 53), activit(i)es (p. 157), bourgeo(i)sie (p. 158), Nôtre [Notre] Dame (p. 159), Dominican [Dominican] (p. 160), legítimi-

Resenhas

te [legitimate] (p. 163), minister(i)al (p. 165), uni(n)vited (p. 167), op(p)ortunitiy (p. 176), temptors [tempters] (p. 185), repetição de “particularly” (p. 285), “Scriptores ordains (*sic*) praedicatorum medii aevi” (p. 307), Bagnoreggio [Bagnoregio] (p. 338), Nédéllec [Nédellec] (p. 344).

Contudo, nada disto diminui o grande valor deste livro tanto para os estudiosos da mendicância e das ordens dominicana e franciscana na Idade Média, como para todos os que se interessam pela vida religiosa e os medievalistas em geral.

*Diác. Felipe de Azevedo Ramos, EP
(IFAT)*